WWW.CEDEFES.ORG.BR

Boletim Cedefes

Na luta com os Povos Indígenas, Trabalhadores (as) do campo e Quilombolas

Cedefes

Boletim Institucional Trimestral – Ano 1 – Número 3 – fevereiro a abril 2017

Tempos sombrios pedem solidariedade e Luta!

Foto Ilustrativa: Movimentos Sociais. Disponível em: http://www.sociologia.com.br/wp-content/uploads/2014/11/movimentos-sociais.jpg

Pag. 2

Dia Internacional de luta das mulheres **Pag.8**

Encontro da Comissão Regional das Comunidades Quilombolas do Alto Rio Doce **Pag.10**

Frei Gilberto Teixeira sofre atentado **Pag.14**

Pablo M. Camargo - Associado Cedefes*

Tempos sombrios pedem solidariedade e Luta!

O Golpe político de 2016 atingiu fortemente as populações tradicionais e os grupos sociais que visam as conquistas de direitos a terra e a moradia em todas as suas esferas. Diversos direitos conquistados através de muita Luta, de muito sangue, estão sendo violentados, vilipendiados de forma covarde e fria.

A violência está posta com a inanição e quiçá extinções futuras das instituições responsáveis pela efetivação das políticas públicas que atendem estes determinados grupos sociais. Esta gama social e étnica é que dão as cores e a sustentabilidade ao Povo Brasileiro.

Os Povos Indígenas são os Povos originários, que estão inseridos neste escopo das comunidades tradicionais. Além dos Povos Indígenas há uma dezena de grupos que se enquadram nesta situação por definições territoriais, históricas e étnicas; e que necessitam de um apoio diferenciado do Estado para que políticas públicas especificas sejam aplicadas. Além dos indígenas, há os quilombolas, os geraizeiros, os ciganos, os caiçaras, os vazanteiros, os pescadores artesanais, os faxinais, os seringueiros, as apanhadoras de Sempre-Viva, as quebradeiras de coco de babaçu, pantaneiros, pomeranos, entre outros.

Há um desmonte violento do Estado Nacional para com as instituições públicas que atende (atendia) esta população que tem uma importância econômica e simbólica gigantesca para com Nossa Sociedade. Anterior ao golpe de 2016, o Governo já vinha nesta toada, pois o Congresso mais conservador do pós ditadura sempre teve outra agenda ligada ao grande capital, ao agronegócio, a mineração, a geração de energia e as grandes indústrias.

A questão social é um empecilho e todos estes grupos sociais de comunidades tradicionais vão de contramão ao "progresso". Este progresso destruidor do território que estes grupos preservaram e desenharam de acordo com o uso dos mesmos: onde ainda há biodiversidade, água e produção de comida não envenenada.

Isto não quer dizer que todas estas comunidades têm o uso sustentável dos territórios, até porque, grande parte não tem a posse plena dos mesmos e outras sofrem com a degradação do entorno, já que na sua grande maioria, são diminutos e estão expostos a todas as degradações possíveis. Vide a destruição do Rio Doce, que impactou toda uma bacia hidrográfica.

No caso dos Povos Indígenas, há um emparelhamento da FUNAI pelo PSC e pelos ruralistas que tem como objetivo claro, como ficou exposto na fala do ex-presidente exonerado, Antônio Fernandes Toninho Costa, que denunciou a imposição de cargos do Partido na FUNAI de pessoas que não tem nenhuma relação com a questão indígena "[Fui exonerado] Por não ter atendido o pedido do líder do governo André Moura que queria colocar 20 pessoas na Funai que nunca viram índios em suas vidas. Estou sendo exonerado por ser honesto e não compactuar com o malfeito e por ser defensor da causa indígena diante de um ministro ruralista", afirmou Costa. Costa havia reclamado do corte financeiro de 44% anunciado pelo Governo, que praticamente inviabiliza a ação da FUNAI.

A CPI da FUNAI e do INCRA que incriminam indígenas, servidores, procuradores e representantes de movimentos sociais é o reflexo desta política excludente. A CPI coloca como réus diversos profissionais que estavam apenas cumprindo seu trabalho dentro da legalidade como forma de retaliação e pressão. Uma lástima!! Que País é este?!

O que há hoje é uma procrastinação e inércia da execução das políticas indigenistas, principalmente no que tange a positivação do direito territorial. As demais comunidades tradicionais estão mais descobertas ainda, pela fragilidade jurídica que promovem seus direitos.

Resta às comunidades tradicionais lutarem, como sempre fizeram, para resistirem e se organizarem de forma que seus direitos sejam contemplados. A distopia está presente e o que nos pede é coragem e estratégia para lhe dar com este devir incômodo que nos acometem.

A violência já está recrudescendo, vide o ataque aos indígenas Gamela no Maranhão, aos Guarani Kaiowa, aos quilombolas...

A Luta continua e vamos avante neste tempo sombrio com solidariedade e o sonho de um Mundo

justo e humano!!.

*Pablo Matos Camargo é associado do Cedefes, Historiador, Indigenista da FUNAI - Fundação Nacional do Índio em MG-ES. Trabalhou como professor na rede estadual e privada de Belo Horizonte, no curso de formação de professores indígenas da Secretaria de Educação de MG/UFMG, em pesquisas arqueológicas/históricas no IEPHA, IPHAN e empresas de pesquisa e salvamento arqueológico, no Museu de História Natural da UFMG e no Projeto Quilombos Gerais no CEDEFES.

Jesus Rosário Araújo - Associado Cedefes*

E assim se vão os dias...

Está difícil refletir sobre o que vale a pena nesses dias de tantos acontecimentos ruins.
Veja você, que dias atrás, estávamos nos organizando para uma greve geral para fazer frente ao que, nossos parlamentares, dizem ser uma reforma trabalhista necessária ao País.
Agora, acordamos atordoados com a aprovação, pelos mesmos parlamentares, do texto base para a reforma da Previdência.
É indiscutível que precisamos de várias reformas, inclusive uma verdadeira reforma política e reforma dos políticos. O que não aceitamos, de forma alguma, é que nos empurrem essas meias reformas goela abaixo. Onde, quem paga o preço é somente, aqueles que estiveram o tempo todo às margens da sociedade e de seus benefícios.
Não podemos aceitar que trabalhadores e trabalhadoras sejam sugadas até a morte em nome do capital e de seus patrões. Não admitimos que, para se aposentar, todos os contribuintes sejam colocados no mesmo pacote. Aliás, todos não, exceções para os políticos, militares, juristas, resumindo..... para a Casa Grande que nunca deixou de ditar as regras em nosso País.
Mais do que nunca, é necessário que todos os grupos se unam para se fortalecerem. Se os votos nas urnas não foram respeitados, a paralisação de mais de 40 milhões de pessoas em coro gritando: "FORA TEMER", tem que ser ouvida.
Queremos um projeto de reforma para o Brasil que realmente, contemple as/os brasileiras/ os e respeitem a diversidade e especificidade do seu povo. Somos gigantes pela própria natureza e está na hora de acordar e mostrar nossa força.

*Jesus Rosário Araújo é associado e técnico do Cedefes, fundador e Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo e residente do Quilombo de Indaiá, no município de Antonio Dias, Minas Gerais.

Soraya Fideles - Associada Cedefes*

Mídia, mentiras e golpes

Desde o golpe militar de 64, os meios de comunicação no Brasil estão a serviço de setores conservadores sempre cientes de que qualquer projeto político depende da hegemonia de um sistema de informação. Por isto que nenhum golpe é só político. Ele se espalha pelas redes midiáticas e pelo sistema educacional.
No Brasil, as emissoras de rádio e televisão são concessões públicas. Ao contrário da maior parte das democracias consolidadas, aqui nas terras tupiniquins, que continua a massacrar indígenas, nunca houve controle efetivo da propriedade cruzada (cross ownership) - também conhecida como oligopólio ou monopólio - que consiste em um mesmo grupo empresarial (ou família) ser proprietário de mais de um tipo de veículo de comunicação (jornal, rádio, TV, etc.). Apenas seis famílias são responsáveis pelo controle de 70% da mídia brasileira.
No campo midiático, a hegemonia ideológica caminha de mãos dadas com a concentração de propriedade e o discurso único. Algo que não está restrito às Organizações Globo, evidentemente. Mas o império global dos Marinhos sempre atuou de forma marcante como adversário da luta pela democracia. Ainda hoje usa as concessões públicas para potencializar manipulações em momentos políticos decisivos da história brasileira. O mais

conhecido foi a edição tendenciosa do debate entre Collor e Lula em 1989 no Jornal Nacional (JN). A maior rede de TV nacional também tentou ignorar a campanha Diretas Já em 1984 quando 300 mil brasileiros, após 20 anos de ditadura, foram ao histórico comício da Praça da Sé em 1984 para exigir o fim do regime de exceção.

De lá para cá, apesar do principal produto jornalístico da emissora ter sofrido queda de 35% na audiência em um dos horários mais caros da TV enquanto a de seus concorrentes (Record, Band e SBT) cresceu, o telejornal que estreou na Rede Globo em 1º de setembro de 1969, se mantém como líder com Bonner na bancada desde 1996.

Na atualidade, quase 90% da população brasileira se informa pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% tem na TV o principal meio de informação. Os dados são da "Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira", divulgada em janeiro de 2017 pela Secretaria de Comunicação Social do governo.

São brasileiros que diariamente acessam imagens de calhas de esgoto na tela do JN de onde escorrem dinheiro de propina nas matérias que tratam da Operação Lava Jato. A “novela jornalística de caça aos corruptos” lança informações tendenciosas e sem pluralidade de vozes, mas bem editada para servir ao propósito de “nutrir” olhares ingênuos de telespectadores.

Como já dito, o cenário não é novo. Os meios de comunicação mantêm a mesma configuração do período ditatorial. O projeto de concentrar nas mídias audiovisuais a única fonte de informação para os brasileiros se mantém desde a redemocratização do Brasil.

Nem mesmo os governos Lula e Dilma souberam aproveitar a oportunidade histórica de alterar esse quadro e enfrentar os barões da mídia brasileira.

O monopólio da Rede Globo permanece e após instilar ódio e reforçar o linchamento misógino da primeira mulher brasileira a chegar a presidência da República, a tela do “plim plim” continua a “vender o peixe” e a “Ponte para o Futuro” do governo golpista de Michel Temer. Expõe para a opinião pública como boa e necessária as reformas da previdência e trabalhista e a lei da terceirização indiscriminada.

Na enxurrada audiovisual, a Globo escamoteia o golpe contra a democracia e busca convencer os brasileiros sobre a flexibilização de direitos assim como fez em relação ao congelamento de gastos públicos na educação e saúde nos próximos 20 anos. Tem como aliados o Judiciário e o Congresso ultraconservador com as bancadas do BBB (boi, bala e bíblia); cúmplices de uma agenda antipopular e antinacional que não passaria com o apoio da população.

Enquanto isto, analfabetos visuais continuam a consumir imagens e notícias como espelhos naturais da realidade sem estarem atentos aos recortes, edições e tons tendenciosos.

O país que estimulou o consumo de tevês plasmas não teve a mesma preocupação com a educação audiovisual. Algo que deveria ocorrer desde a educação básica para que cada cidadã e cidadão fossem preparados para fazer leituras políticas das imagens, contextualizar e saber encontrar o sentido escondido atrás delas.

Contra a mídia concentrada, não plural e partidarizada que tem funcionado como holofote da coalizão conservadora e dos derrotados nas eleições de 2014, que se fortaleça a defesa do marco Regulatório. Uma regulação com mecanismos transversal públicos, conselhos e instâncias de debate sobre pluralidade e diversidade da mídia são fundamentais para mudar o papel político inaceitável que os meios de comunicação brasileiros vêm desempenhando.

Contra o golpe, além de fortalecer as mídias alternativas, as forças progressistas e populares devem continuar indo para as ruas contra as reformas de Temer e contra nenhum direito a menos. Não há outra saída. Quem sabe diante desta união, os analfabetos visuais e aquela grande parcela do povo que apenas assistiu pelas telas da Globo golpista a votação do impeachment naquele domingo de 2016, decida ser protagonista da própria história e se anime a ocupar as ruas contra a retirada de direitos.

Soraya Fideles é associada Cedefes, jornalista na Rádio UFMG Educativa 104,5 e mestre em Comunicação e Práticas Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É especialista em Marketing Político, Opinião Pública e Comportamento Eleitoral (UFMG) e atuou por 13 anos como jornalista na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG).

Alenice Baeta - Associada Cedefes*

Águas enlameadas continuam rolando no Rio Doce

Foto: Lama e rejeitos da mineração descendo pelo rio Doce em Resplendor-MG, onde fica a área indígena dos Krenak. Crédito: Alenice Baeta, em Dez. de 2015.

A maior catástrofe socioambiental do país continua a ser tratada pela Samarco, responsável pela tragédia crime que ocasionou o derramamento de toneladas de resíduos minerais no vale do rio Doce em novembro de 2015, de forma arbitrária e autoritária, apesar de ser réu no processo.

Denúncias de vários tipos vêm sendo feitas pela população atingida, movimentos sociais, indígenas, quilombolas, dentre outras categorias de povos tradicionais, grupos de pesquisa, entidades e organismos internacionais sobre a postura da Samarco de tentar assumir o pleno controle da reparação dos danos tentando minimizar as indenizações, prejudicando ainda mais os atingidos. Foi divulgada uma importante nota no início de abril com centenas de assinaturas denunciando esta situação. O Cedefes também assinou este documento, reforçando aqui a importância de seu conteúdo.

A nota ainda reafirma a necessidade de se manter as proposições realizadas pelo Grupo de Trabalho (GT) que assessorou em março deste ano o Ministério Público Federal em especial a equipe da Força Tarefa na elaboração de um Termo de Referência (TR) para o Eixo Socioeconômico, solicitando que as diretrizes apresentadas sejam garantidas em juízo. Trata-se assim de um importante marco que busca reconduzir as tratativas desse eixo com relação aos atingidos do Rio Doce.

Dentre os itens primordiais o TR indica a premência de se considerar a concepção contemporânea de 'Direitos Humanos', que abrange os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A imprescindibilidade da observância e respeito ao 'Princípio da Centralidade do Sofrimento da Vítima' deverá ser ponto fulcral de todas as atividades e medidas adotadas na perspectiva de se garantir o acesso à justiça e a participação efetiva das vítimas no processo de reparação integral dos danos sofridos e de garantia dos direitos que são titulares.

Aponta ainda que os princípios norteadores do Eixo Socioeconômico - diagnóstico, assistência técnica e audiências públicas, deverão garantir amplo acesso à informação, respeito às lógicas coletivas de pertencimento e as diferentes maneiras de organização dos atingidos. Sem especificar aqui a estrutura funcional por meio da articulação de entidades gestora e operacional, além de um Fórum de Observadores, o formato das audiências públicas deverão respeitar a auto-organização já existente dos atingidos, a pluralidade de efeitos do desastre e a ampla participação e difusão das informações.

No que se refere à metodologia, o diagnóstico socioambiental a ser produzido (por uma equipe independente e de reconhecida idoneidade) deverá avaliar a integralidade dos danos individuais e coletivos, materiais e imateriais, incluídos nestes a dignidade da pessoa humana, a identidade, a estima, territorialidade, relações entre famílias e vizinhança, perspectivas de futuro e formas de reprodução sociocultural das coletividades atingidas. Prevê a definição participativa de um cronograma geral, sujeito a eventuais modificações em razão das comunidades atingidas e do resultado das consultas prévias.

Espera-se que reiterando a nota e as proposições apresentadas pelo Grupo de Trabalho supracitado, que o processo de reparação de danos às vítimas do rio Doce e ao Meio Ambiente a ser instaurado possa ser de fato transparente, participativo e justo.

*Alenice Baeta é associada Cedefes, historiadora e arqueóloga. Mestre em Educação pela FAE/UFMG; Doutora pelo Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/USP; Pos-Doutorado em Arqueologia pela UFMG. Possui várias publicações sobre os temas história indígena, período pré-colonial; arqueologia; etno-história; patrimônio cultural e direitos humanos.

Questões agrárias no Brasil e em Minas Gerais

O colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO), na UFMG, promoveu no dia 04 de fevereiro a roda de conversa "*Questões agrárias no Brasil e em Minas Gerais e a reforma agrária – possibilidades e condicionantes para o campesinato na atual conjuntura política brasileira*".

O Cedefes participou desse encontro que foi organizado pelos alunos do curso e que possibilitou reflexões importantes sobre o tema, principalmente devido à diversidade de olhares dos vários movimentos sociais presentes no debate.

No início dos anos 2000, o Cedefes foi um dos atores na Rede Mineira da Educação do Campo. Assim, a entidade apóia e incentiva atividades como esta.

CONVITE

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) convida para a Roda de Conversa sobre ***QUESTÕES AGRÁRIAS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS E A REFORMA AGRÁRIA – POSSIBILIDADES E CONDICIONANTES PARA O CAMPESINATO NA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA***

Dia: 04/02/17 - sábado
Hora:08:00 às 11:40
Local: Auditório Luiz Pompeu, FAE/UFMG – Campus Pampulha
Contato: NEPCAMPO: Fone: (31) 3409 6346 – E-mail: lecampo@fae.ufmg.br
Parceiros convidados do LeCampo:
MST – Movimento dos Sem Terra – Ester Hoffamann - Coordenação Nacional
Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais Ñ'Golo – Jesus Rosário Araújo
CPT – Comissão Pastoral da Terra– Frei Gilvander Alves Moreira – Assessor Estadual
FETAEMG – Federação dos/as Trabalhadores/as na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Sônia Prata assessora de política agrária e Eduardo Nascimento, Consultor Fetaemg e Tesoureiro Cedefes.
Mediador: Geraldo Márcio Alves dos Santos – Coordenador do Lecampo.

O LECAMPO é uma conquista histórica dos movimentos sociais. Representa a "ocupação do latifúndio do saber". Manter viva, efetiva e consolidada tal ocupação dependerá da nossa luta permanentemente articulada. Neste sentido, esta roda de conversa, mais do que o conteúdo em si que ela nos proporcionará, e que nos enriquecerá, com certeza, simboliza o cuidado com o cultivo de uma aliança que representa o futuro do Lecampo. Precisamos manter viva a chama da nossa aliança.

Belo Horizonte, Tempo Escola Janeiro/Fevereiro 2017.

Geraldo Marcio Alves dos Santos

Coordenador

Reunião do Conselho Estadual de Direitos Difusos

Aconteceu a 6ª Reunião do Conselho Estadual de Direitos Difusos – CEDIF, no dia 06 de fevereiro, do qual o Cedefes juntamente com outras instituições da sociedade civil e representantes do governo integram o conselho no biênio 2016/2018.
As seguintes instituições fazem parte: Cedefes, Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana e Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil; Representantes do Governo: Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão - SEPLAG, Secretaria de Estado da Cultura - SEC, Procuradoria Geral de Justiça e a Promotoria Especial de Defesa do Cidadão.

4º Encontro do Coletivo Cedefes

O Coletivo Cedefes reuniu-se pela quarta vez no dia 20 de fevereiro para discutir questões relevantes sobre a atual política brasileira. Participaram um total de 15 pessoas, as quais retiraram como encaminhamentos dessa discussão: 1) Elaboração de texto sobre a questão da previdência social, especificamente da mulher trabalhadora rural para ser divulgado no site do Cedefes, além de um panfleto informativo sobre a mesma questão para ser divulgado, principalmente, nas manifestações do dia 08 de março; 2) Confeccionar uma bandeira com frase de repúdio à reforma da previdência e das leis trabalhistas impostas pelo Governo Temer; 3) Integração do Coletivo Cedefes à manifestação do dia internacional da mulher – 08/03.
No mesmo dia foi comemorado o niver da nossa sócia Marilda. Parabéns Marilda!!!

Programa do Campo à Mesa

O governador Fernando Pimentel entregou no dia 07 de março, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 61 kits feira livre e 26 caminhões baú isotérmicos para representantes da agricultura familiar de Minas Gerais, como parte do Programa Do Campo à Mesa. O Cedefes esteve presente na ocasião, através da sócia Regina Campos, que acompanhou a Presidente da Associação Indígena Kaxixó (ACIK) e Diretora da Escola Estadual na Aldeia Kaxixó, respectivamente Ronilda e Letícia, para recebimento do kit feira. Esta ação é um desdobramento das ações previstas no PGTA Kaxixó.

Dia Internacional de Luta das Mulheres

No dia 08 de março, dia Internacional das Mulheres, aconteceu pelo país várias manifestações contra a violência e o retrocesso imposto pelo governo Temer aos direitos conquistados pelas Mulheres. Nessa ocasião, os sócios do Cedefes e o Coletivo Cedefes iniciaram uma ação coletiva para preparar uma faixa e cartilha sobre os direitos das mulheres trabalhadoras rurais para ser distribuída durante a manifestação em Belo Horizonte. No dia da manifestação, a chuva não deu trégua, mas não é maior que o nosso desejo de mudança política!

Tanto a cartilha quanto o texto sobre mulheres trabalhadoras rurais e a reforma da previdência foi elaborada pelas sócias Leda Castro e Sara Deolinda e estão disponíveis no site do Cedefes.

Viagem às Comunidades Quilombolas

Como atividade do projeto IAF BR-892, o Cedefes programou viagens e visitas às comunidades quilombolas do Alto Rio Doce para entrega dos projetos elaborados às lideranças quilombolas, no período de 26/03 a 01/04/2017. Por causa das chuvas só foi possível fazer visitas às Comunidades de Indaiá, Moinho Velho, Barra do Santo Antônio, Contendas, Botelhos, São Domingos Cabeceira, São Félix e Ivo.

Encontro da Comissão Regional das Comunidades Quilombolas do Alto Rio Doce

No dia 01 de abril, em Braúnas, foi realizado o primeiro encontro da Comissão Regional das Comunidades Quilombolas do Alto Rio Doce e capacitação dessas comunidades em gestão de projetos para lideranças quilombolas. Essas atividades são desdobramentos das ações do projeto do Cedefes "Levantamento das cadeias produtivas das comunidades quilombolas do Rio Doce", financiado pela IAF. Este projeto está na fase de prestação de contas e será finalizado em 12 de maio próximo.

Palestra Condição Indígena e processos de inclusão/exclusão

No dia 4 de abril, Pablo Matos Camargo ministrou palestra na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, unidade Coração Eucarístico, com a temática "Condição Indígena e processos de inclusão/exclusão". A palestra é uma atividade da disciplina Laboratório de Práticas de Pesquisa: Cidadania e Inclusão na Escola, com apoio e orientação da profª Sandra Morais e os departamentos de Pedagogia, História, Geografia, Educação Física e Letras. Pablo é sócio do Cedefes e historiador formado na referida instituição e o seu conhecimento sobre povos tradicionais, adquirido em anos de dedicação, o fez retornar à universidade que o formou para partilhar e enriquecer a todos com o seu conhecimento. Parabéns Pablo!

Site Cedefes

Devido as dificuldades e desafios encontrados para finalizar o site do Cedefes buscamos novo parceiro, que já está trabalhando na finalização do novo layout e reparo de todas funções pendentes do site. Em breve, finalmente, o novo site estará no ar. Aguardem!!!

Nos dias 19 e 20 de abril o Cedefes através das sócias Marilda Quintino Magalhães e Alenice Baeta, participou de debates sobre a questão indígena promovido pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, na semana dos Povos Indígenas.

Cedefes assina moção de repúdio à Samarco

Em abril o Cedefes assinou nota de repúdio ao tratamento dado às vítimas do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, MG pela SAMARCO/VALE/BHP-BILITON.

Também assinaram a nota outras entidades nacionais e internacionais, pesquisadores e os próprios atingidos.

"No 04 de abril de 2017 foi entregue ao Ministério Público Federal um ofício com 371 assinaturas – dentre elas 85 pessoas atingidas, 120 organizações nacionais, 22 organizações internacionais e mais de 150 apoiadores (professores, doutores e pesquisadores nacionais e estrangeiros) – para expressar o seu repúdio às tentativas da Samarco/Vale/BHP de assumir o pleno controle da reparação dos danos causados pela maior catástrofe socioambiental do Brasil.

Os signatários do ofício temem que as empresas responsáveis pelo desastre tentem diminuir os custos das reparações devidas, prejudicando ainda mais aqueles que perderam parentes, moradias, plantações, animais, fontes de subsistência, além dos modos de vida. Por essa razão, reivindicam que as propostas feitas pelo Grupo de Trabalho que assessorou o Ministério Público na elaboração do Termo de Referência para o Eixo Socioeconômico das reparações sejam incorporadas pela Força Tarefa e garantidas em juízo.

As empresas Samarco, Vale e BHP contestam tal iniciativa e a validade do Grupo de Trabalho, assim como os esforços de instauração de um processo transparente e verdadeiramente participativo sobre as decisões relativas à avaliação dos danos".

O texto integral com a nota de repúdio foi publicado no Site Racismo Ambiental e também replicado no site Cedefes e pode ser acessado no seguinte endereço:

http://www.cedefes.org.br/noticias/nota-publica-de-repudio-a-samarco-vale-bhp-billiton

Foto: Site Racismo Ambiental

Frei Gilberto Teixeira sofre atentado

Foto: Diocese de Leopoldina

Em 19 de fevereiro deste ano Frei Gilberto Teixeira sofreu ameaça de morte no município de Muriaé, Minas Gerais, por levar ao povo informação sobre os seus Direitos.

O Cedefes solidariza com Frei Gilberto, que por tantos anos acompanhou os projetos de documentação da entidade e nos apoiou nessa difícil e necessária missão de lutar pelos Direitos de tantos povos oprimidos e marginalizados.

A luta é difícil, mas não estamos sozinhos, estamos em Rede! Força e coragem para continuar cumprindo sua missão, Frei Gilberto. Conte com o Cedefes, sempre. A reportagem completa está disponível no site do Cedefes, no endereço: http://www.cedefes.org.br/noticias/atentado-a-frei-gilberto-teixeira

Serra da Moeda: Patrimônio ameaçado

Foto: Ruínas de Contendas, Serra da Moeda, MG. Foto: A. Baeta, 2015.

Alenice Baeta associada do Cedefes, historiadora, arqueóloga e co-organizadora da publicação: "Serra da Moeda – Patrimônio e História (2015) teve importante matéria sobre a Serra da Moeda veiculada no site Racismo Ambiental.

A matéria relata a inserção da Serra da Moeda na lista de bens ameaçados, feita pela WMF.

A reportagem completa está disponível no site do Cedefes: http://www.cedefes.org.br/noticias/o-alerta-vermelho-foi-ligado-serra-da-moeda-na-lista

Projetos em curso 2017

Financiador	Projeto	Objetivo	Duração
MISEREOR	Cidadania Quilombola: organização e representação das comunidades de quilombos do Estado de Minais Gerais (Quilombos Gerais V)	Comunidades quilombolas politicamente atuantes na defesa dos seus direitos e na promoção da integridade de seus territórios, bem como no desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria das condições de permanência das famílias e na promoção dos direitos das mulheres.	24/02/2017 a 23/02/2020
IAF FoundationInter-American	Levantamento de cadeias produtivas das comunidades quilombolas do Rio Doce – Projeto de Planejamento.	Estudo das potencialidades produtivas em cerca de 20comunidades quilombolas do Alto Rio Doce para elaboração de projeto produtivo de intervenção	11/2014 a 05/2017
KMB KatholischeMännerbewegung	Apoio Institucional	Apoio à infraestrutura e pagamento do técnico administrativo	02/2017 a 01/2018
FEC 2015 Fundo Estadual de Cultura - Governo do Estado de Minas Gerais	Projeto"Organização de acervo bibliográfico sobre indígenas e quilombolas em MG"	Organização (catalogação, indexação e classificação) e disponibilização parcial do acervo bibliográfico do CEDEFES, aquisição de publicações recentes e relevantes, manutenção e atualização dos canais de informação do CEDEFES: portal da entidade e reedição do boletim Agenda Popular, em versão online.	02/2016 a 02/2017 Foi aprovada prorrogação deste projeto para 05/2017

NOTA: O Cedefes intermediou recurso, doado por Michaele Wolf, da Áustria, para o Povo Kaxixó realizar a recuperação da casa do falecido Cacique Djalma, onde pensam instalar o memorial histórico daquela comunidade. O recurso veio para o Cedefes em 06 de outubro/2016 e a entidade repassou para o Povo Kaxixó, de acordo com o termo de cooperação técnica assinado pelo Cedefes e pela ACIK (Associação da Comunidade Indígena Kaxixó). Estamos acompanhando a realização das obras e também a prestação das contas das parcelas recebidas por eles.

Projetos Elaborados

Financiador	Projeto	Objetivo	Status
Cooperaccion Iberoamericana (Iberarchivos – Programa ADAI)	Digitalização parcial de acervo sobre movimentos populares em Minas Gerais: indígenas e afrodescendentes	O projeto visa digitalizar parcialmente o acervo de cartazes e atualizar o suporte de mídia (VHS para DVD) do acervo de vídeos documentários, ambos abordando a temática das lutas sociais por direitos dos povos indígenas, afrodescendentes, trabalhadores do campo, além de questões ligadas à cidadania desses povos.	Outubro 2016 (aguardando resultado, que sairá no primeiro semestre de 2017)

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Rua Demétrio Ribeiro, 195, Bairro Vera Cruz,
Belo Horizonte/MG - CEP : 30.285-680,
Tel: (31) 3224-7659
Cel (31) 98647-4821
E-mail: cedefes@cedefes.org.br
Site: www.cedefes.org.br

Visite o facebook e site do Cedefes:

EXPEDIENTE:

(DESSA EDIÇÃO)

Redação: Ana Paula de Oliveira, Jesus Rosário Araújo, Soraya Fideles, Rosana Cristina de Avelar, Pablo M. Camargo, Alenice Baeta, Eduardo Nascimento.
Revisão e Diagramação: Ana Paula de Oliveira

Apoio Técnico: Soraya Regina Fideles

APOIO:

Esta publicação é produzida com apoio do Fundo Estadual de Cultura do Estado de Minas Gerais – FEC, através do projeto: 0139/01/2015/FEC.